

2005_04_25

Destaque

Gazeta Mercantil / Especial

Energia - A Operação do Novo Modelo

A árdua luta para atrair o investimento necessário

Estima-se que são necessários US\$ 6,7 bilhões/ano, durante dez anos, para todo o sistema.

Estimativas do setor de energia elétrica brasileiro apontam para uma demanda anual de investimentos da ordem de US\$ 6,7 bilhões, ou em valores atuais, R\$ 17 bilhões, durante os próximos dez anos. O levantamento leva em consideração que o PIB brasileiro deva crescer em média 4,5% ao ano entre 2005 e 2008 e 3,4% nos outros 7 anos. Do total, cerca de US\$ 1,1 bilhão/ano daquele montante será direcionado ao segmento de distribuição, outro R\$ 1,1 bilhão/ano à transmissão e os US\$ 4,7 bilhões/ano restantes à geração de energia elétrica. O volume é bastante superior à média de R\$ 3,5 bilhões/ano aplicada no setor nos últimos cinco anos, por isso, agentes do setor se preocupam com a atração de investimentos privados e possibilidades de financiamentos. De acordo com o vice-presidente de finanças corporativas do Unibanco Nova York, Alan Ridell, as atuais regras causaram um impacto positivo, melhorando o ânimo dos investidores privados estrangeiros, deixando-os mais otimistas, embora ainda cautelosos. Para ele, a percepção do investidor privado é de que foram dados passos importantes, como a determinação de compra de energia por contratos de longo prazo, realizados segundo um planejamento cuidadoso de consumo e com preços de venda mais atraentes, para os geradores, que os praticados anteriormente. "Somente a sanção do modelo já permitiu que agentes privados e estatais voltassem a analisar projetos engavetados, revertendo a paralisia e falta de perspectiva que se verificava até então", afirma. Para ele, os primeiros recursos começam a ser aplicados, mas grandes volumes só serão investidos depois que o modelo estiver totalmente implementado, ou seja, após o período de transição.

De qualquer forma, os investimentos não devem ocorrer sem que parte dos recursos necessários sejam financiados e atualmente o principal financiador do setor é o BNDES. Em 2004, o banco liberou R\$ 6,5 bilhões para projetos de energia elétrica. O valor é 29% superior ao R\$ 5 bilhões aportados pelo banco em 2003. De acordo com o superintendente da Área de Infra-Estrutura da instituição estatal, João Carlos Cavalcanti, a estimativa é que de 2005 a 2012, dos R\$ 17 bilhões anuais que o setor demandará, cerca de R\$ 11,5 bilhões serão financiados pelo BNDES. Deste total, pelo menos R\$ 6 bilhões serão destinados a

empreendimentos de geração, R\$ 3,2 bilhões à projetos de distribuição e R\$ 3,2 à distribuição.

Além disso, o Ministério de Minas e Energia negocia com o BNDES uma linha especial para os projetos a ser licitados no leilão de novos empreendimentos. Mas, entre os agentes o temor é de que os recursos para o leilão e outros projetos que podem ser desenvolvidos no setor não serem suficientes.

Na opinião do presidente da Câmara Brasileira de Investidores, Claudio Salles, deveriam ser estruturados *project finance*, em que o fluxo de caixa do projeto é segredo das demais atividades dos acionistas e as garantias estão baseadas na capacidade de geração de caixa do próprio projeto, enquanto a capacidade de endividamento pode ser expandida com base no fluxo de caixa do 1 projeto. O modelo, utilizado justamente em financiamentos de projetos de longo prazo, já vem sendo oferecido para empreendimentos em infraestrutura por bancos privados, isoladamente ou em grupo.

Já a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib) sugere o estabelecimento de mecanismos que atraiam a 'atenção de recursos investidos em fundos nacionais, como por exemplo a isenção do imposto de renda. O presidente da entidade, Paulo Godoy lembra que enquanto a taxa Selic "se mantiver alta, é uma "competição desigual" a tentativa de atrair investidores que hoje estão em fundos de renda fixa "que têm rentabilidade de longo prazo" para projetos de infraestrutura. As aplicações naqueles fundos chegam a cerca de R\$ 800 bilhões atualmente.

Mas os agentes também têm buscado linhas alternativas de financiamento. Como entidades internacionais, a exemplo da International Finance Corporation (IFC), o braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e também instituições alternativas de fomento. A CPFL Energia, por exemplo, obteve um financiamento de US\$ 40 milhões junto ao IFC e R\$ 250 milhões para a CPFL Paulista em debêntures, além de R\$ 820 milhões do IPO para as atividades de geração.

Já o Sistema Cataguazes-Leopoldina buscou financiamentos junto a outros bancos nacionais de fomento. Ano passado, a controladora conseguiu empréstimo de R\$ 71,3 milhões no Banco do Nordeste. Os recursos foram utilizados para cobrir parte do investimento de R\$ 122,1 milhões previstos para o biênio 2004/2005.